



29 DE JANEIRO DE 2019

Terça-feira

- **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 2019**
- **CONFIANÇA DA INDÚSTRIA BRASIL SOBE EM JANEIRO PARA MAIOR NÍVEL EM 5 MESES, DIZ FGV**
- **RECUPERAÇÃO DÁ ÂNIMO A EMPRESÁRIO**
- **INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO COMEÇA O ANO MAIS OTIMISTA, DIZ CNI**
- **SONDAGEM INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO**
- **CNI: INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL APRESENTA MAIOR OTIMISMO NESTE INÍCIO DE ANO**
- **PEQUENOS NEGÓCIOS FORAM RESPONSÁVEIS PELA GERAÇÃO DE MAIS DE 580 MIL VAGAS EM 2018**
- **ESTRANGEIRO FAZ MAIOR RETIRADA DE AÇÕES DO PAÍS EM UMA DÉCADA**
- **ESPECIALISTAS RECOMENDAM CALMA A INVESTIDORES**
- **CENÁRIO EXTERNO É CONFORTÁVEL, APESAR DE RECUO DA BALANÇA E INVESTIMENTOS**
- **DÉFICIT EM TRANSAÇÕES CORRENTES DO BRASIL DOBRA EM 2018, A US\$14,511 BI, APONTA BC**
- **SIMEPAR VAI AVALIAR A SITUAÇÃO DE 461 BARRAGENS EXISTENTES NO PARANÁ**
- **FURNAS E CEMIG PREVEEM PARALISAR HIDRELÉTRICA APÓS ROMPIMENTO DE BARRAGEM DA VALE**
- **VALE ENFRENTARÁ AÇÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS, PENAIS E AMBIENTAIS**
- **ACÇÕES DE MENOR INDENIZAÇÃO SUPERAM PEDIDOS MAIS CAROS APÓS NOVA CLT**
- **TRIBUTAÇÃO DE DIVIDENDOS PODE ACABAR COM PEJOTIZAÇÃO, DIZ SINDIFISCO**
- **GM PROPÕE CORTE DE 10% NO PISO SALARIAL DE SÃO CAETANO DO SUL; SINDICATO RECUSA**
- **CORTE TRABALHISTA DA GM CHEGA A GRAVATAÍ**
- **GM PRESSIONA FORNECEDORES POR REDUÇÃO DE PREÇOS**

- BOLSONARO DIFICULTA ACESSO A AUXÍLIOS DO INSS PARA QUEM VOLTA À PREVIDÊNCIA
- PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO AUMENTA, E BRASIL TEM PIOR NOTA EM RANKING DESDE 2012
- PAF 2019 TEM META PARA PAPÉIS DE SELIC ENTRE 38% E 42% DO ESTOQUE DA DPF
- COM SURPRESA EM ALIMENTAÇÃO, FIPE VOLTA A ELEVAR PROJEÇÃO DO IPC DE JANEIRO
- PETROBRAS PODE RETOMAR VENDA DE BRASKEM E AVALIA FUTURO DA BR, DIZ PRESIDENTE
- CHEVRON FECHA ACORDO PARA COMPRAR REFINARIA DE PASADENA, DA PETROBRAS, DIZ AGÊNCIA
- FITCH REBAIXA NOTA DA VALE E COLOCA COMPANHIA EM PERSPECTIVA NEGATIVA
- ALERTAS DE CATERPILLAR E DA NVIDIA ASSUSTAM E DERRUBAM ÍNDICES DE BOLSAS DOS EUA
- PREVISÃO DO AUMENTO DE CARGA EM FEVEREIRO SE DEVE À BASE DE COMPARAÇÃO, DIZ ONS
- CARRO AUTÔNOMO DA VOLVO RECEBE AVAL PARA TESTES MAIS AVANÇADOS NA SUÉCIA
- EMPRESA EXPÕE DADOS ATRIBUÍDOS A 190 MILHÕES DE BRASILEIROS E 35 MILHÕES DE EMPRESAS NA WEB
- INOVAÇÃO EM IMPRESSÃO 3D LEVA PROCESSOS DE ENGENHARIA A UM NÍVEL MAIS ELEVADO
- SUPERCAMINHÃO: FORD INICIA TESTE DO CARGO KOLECTOR COM COMPACTADOR DE 24 METROS CÚBICOS NA MARQUISE AMBIENTAL
- CONTROLADORA DA 99 FIRMA PARCERIA COM A BAIC PARA CARROS ELÉTRICOS

CÂMBIO		
EM 29/01/2019		
	Compra	Venda
Dólar	3,734	3,734
Euro	4,265	4,267

Fonte: BACEN

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 2019

29/01/2019 – Fonte: SINDIMETAL/PR

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

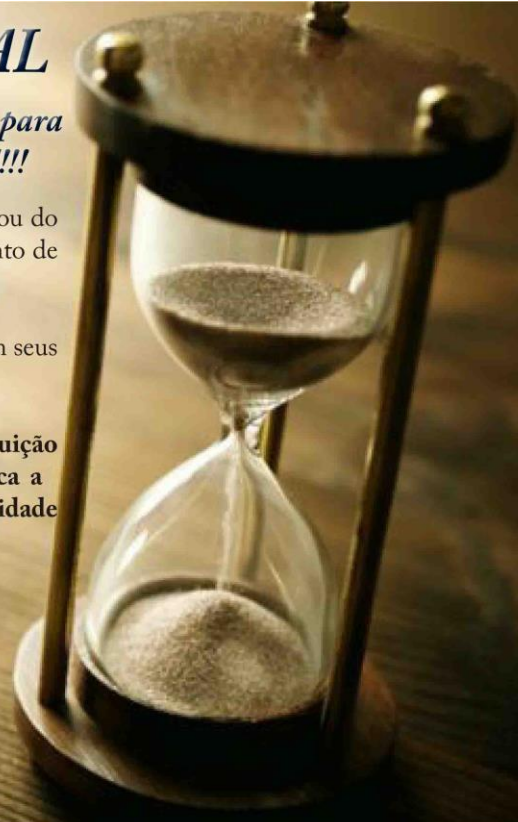
Empresário, dia 31/01 encerra-se o prazo para pagamento da Contribuição Sindical Patronal!!!

Por quantas vezes sua empresa, ou sua contabilidade já precisou do apoio ou dos serviços do SINDIMETAL/PR em um momento de dúvida, ou de dificuldade?

A sua empresa está preparada para uma negociação direta com seus trabalhadores, ou com o sindicato laboral?

Mesmo sendo facultativa, não deixe de pagar a contribuição sindical. Não deixe que sua entidade sindical patronal perca a força, a voz e, com isso, seja enfraquecida a representatividade da sua empresa.

A voz do SINDIMETAL/PR é a sua voz!



Confiança da indústria Brasil sobe em janeiro para maior nível em 5 meses, diz FGV

29/01/2019 – Fonte: Reuters

A confiança da indústria do Brasil iniciou o ano em alta, atingindo o maior nível em cinco meses, diante de uma melhora da percepção dos investidores sobre a situação atual e das expectativas para o setor para os próximos meses, informou nesta terça-feira a Fundação Getulio Vargas (FGV).

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) subiu 2,6 pontos em janeiro na comparação com dezembro, e alcançou 98,2 pontos no primeiro mês do ano, o maior patamar desde agosto de 2018.

“A percepção sobre a situação atual dos negócios continuou evoluindo lentamente, sob influência de um ritmo fraco de atividade, como comprova a queda do Nível de Utilização da Capacidade no mês. Mas o setor industrial dá sinais de esperar uma retomada nos próximos meses, após a expressiva desaceleração do segundo semestre do ano passado”, disse em nota o superintendente de estatísticas públicas da FGV Ibre, Aloisio Campelo Jr.

“As expectativas avançaram bem em janeiro, com melhores previsões para a produção e o emprego no horizonte de três meses e otimismo com relação à evolução do ambiente de negócios no horizonte de seis meses”, acrescentou.

No mês, dos 19 segmentos pesquisados, 12 apresentaram alta em seus índices de confiança.

O Índice da Situação Atual (ISA) subiu 1 ponto, para 97,0 pontos, em seu terceiro avanço consecutivo. O Índice de Expectativas (IE), por sua vez, avançou 4,3 pontos, chegando a 99,5 pontos em janeiro, seu maior nível desde agosto de 2017.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) em janeiro recuou 0,5 ponto percentual, para 74,3 por cento, seu menor valor desde setembro de 2017.

Recuperação dá ânimo a empresário

29/01/2019 – Fonte: DCI

Diante da perspectiva de recuperação da economia, os micro e pequenos empresários do varejo e comércio têm demonstrado apetite para realizar investimentos em 2019. Pelo menos 41% desses empresários pretendem investir este ano, ante 35% em 2018.

É o que aponta dados da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil). Por outro lado, 38% não planejam fazer qualquer tipo de movimento nesse sentido e 21% ainda não sabem o que farão.

O indicador que mede a propensão de investimento das micro e pequenas empresas passou de 41,4 pontos em janeiro de 2018 para 47,9 em janeiro de 2019, uma alta de 16% na comparação anual. Pela metodologia, quanto mais próximo de 100, maior a propensão para o investimento. Quanto mais próximo de zero, menor a propensão.

Entre os empresários que devem investir, seis em cada dez (60%) miram o aumento das vendas, enquanto 27% visam atender ao aumento da demanda e 25% querem adaptar sua empresa às novas tecnologias. A principal finalidade para esses recursos será a compra de equipamentos (31%). Em seguida, 26% buscam reformar a empresa e 22% ampliar seus estoques.

Na avaliação do presidente da CNDL, José César da Costa, a volta do apetite por novos investimentos reflete a melhora da confiança. “A expectativa com relação ao futuro da economia e dos negócios é de que a atividade econômica cresça com mais força este ano, impulsionando o consumo e, por consequência, o faturamento das empresas”, ressalta.

Demanda por crédito

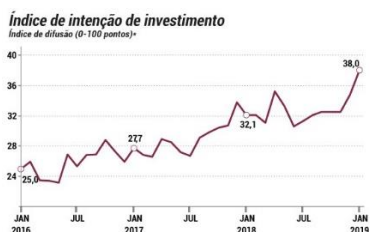
O ano também começa com os micro e pequenos empresários mais propensos a tomar crédito do que em 2018. Em janeiro de 2019, o indicador que mede a demanda por crédito registrou 25,1 pontos contra 21,6 pontos no mesmo mês de 2018, o que significa um avanço de 16%. Esse aumento dá indícios de retomada do crédito, embora de forma tímida.

Em termos percentuais, os dados indicam que 15% das MPEs pretendem contrair crédito nos próximos três meses. Em contrapartida, 67% descartam essa possibilidade e 18% ainda não sabem dizer se vão recorrer a recursos extras.

Indústria da construção começa o ano mais otimista, diz CNI

29/01/2019 – Fonte: CNI (publicado em 28-01-2019)

Pesquisa mostra que a elevada carga tributária, a falta de demanda, o excesso de burocracia e os juros altos foram os principais problemas enfrentados pelo setor no último trimestre de 2018



Os empresários da indústria da construção começaram 2019 otimistas e apostam no aumento do nível de atividade, do emprego, dos novos empreendimentos e serviços e da compra de insumos e matérias-primas nos próximos seis meses. Todos os indicadores de confiança do setor melhoraram em janeiro, informa a Sondagem Indústria da Construção, divulgada nesta segunda-feira (28) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O índice de expectativas sobre o nível de atividade subiu para 58,4 pontos, o de novos empreendimentos e serviços aumentou para 58,1 pontos, o de número de empregados alcançou 56,1 pontos e o de compra de insumos e matérias-primas atingiu 56,5 pontos. Os indicadores variam de zero a cem pontos. Quando estão acima dos 50 pontos mostram que os empresários estão confiantes.

A disposição para investir também melhorou. O índice de intenção de investimentos aumentou para 38 pontos neste mês, o maior nível desde janeiro de 2014. De acordo com a pesquisa da CNI, o indicador cresceu 5,5 pontos de outubro para janeiro. Com a melhora significativa ao longo do quarto trimestre de 2018, o índice está acima da média histórica de 33,6 pontos. O indicador varia de zero a cem pontos, quando maior o índice, maior a disposição para investir.

A pesquisa mostra ainda que o Índice de Confiança do Empresário da Construção (ICEI-Construção) alcançou 63,7 pontos em janeiro e está muito acima da média histórica de 53,1 pontos. Todos os componentes do ICEI-Construção melhoraram em janeiro frente a dezembro. Mas, pela primeira vez desde 2014, os empresários do setor estão otimistas com as condições atuais dos negócios. O índice de condições atuais subiu para 51,6 pontos, ficando acima da linha divisória dos 50 pontos, que separa a confiança da falta de confiança.

A confiança dos empresários é importante para a recuperação do setor, avalia a economista da CNI Dea Fioravante. Mas a reação da atividade e do emprego depende da melhora das condições do crédito.

DESEMPENHO EM DEZEMBRO – A atividade e o emprego na indústria da construção tiveram nova queda em dezembro. O índice de nível de atividade recuou para 44,4 pontos e o de emprego caiu para 42,8 pontos. Ambos continuam abaixo da linha divisória dos 50 pontos e mostram queda da atividade e do emprego. O nível de utilização da capacidade de operação ficou em 57% em dezembro, mostrando que o setor operou com elevada ociosidade.

A CNI observa que o fim do ano é, tradicionalmente, um período fraco para o setor. "O enfraquecimento da atividade neste período do ano é esperado devido ao recesso das festas de fim de ano, que diminui a assiduidade dos empregados e o desempenho das obras do setor", diz a pesquisa.

OBSTÁCULOS AO CRESCIMENTO – A elevada carga tributária, com 39,7% das citações, continua liderando a lista dos principais problemas enfrentados pela indústria da construção no quarto trimestre de 2018. Em seguida, com 31,3% das respostas, aparece a demanda interna insuficiente e, em terceiro lugar, com 27,5% das menções, o excesso de burocracia. Os juros altos, a falta de capital de giro e a inadimplência dos clientes também estão entre os principais obstáculos à expansão do setor.

A situação financeira das empresas também é fonte de insatisfação dos empresários. Mesmo com a pequena melhora registrada entre o terceiro e quarto trimestre de 2018, os indicadores de satisfação com a margem de lucro e com a situação financeira continuam abaixo dos 50 pontos, indicando a frustração dos empresários.

O índice de facilidade de acesso ao crédito ficou em 34 pontos, mostrando que as empresas enfrentaram dificuldades de acesso aos financiamentos no último trimestre de 2018.

Esta edição da Sondagem Indústria da Construção foi feita entre 7 e 17 de janeiro com 493 empresas. Dessas, 167 são pequenas, 218 são médias e 108 são de grande porte.

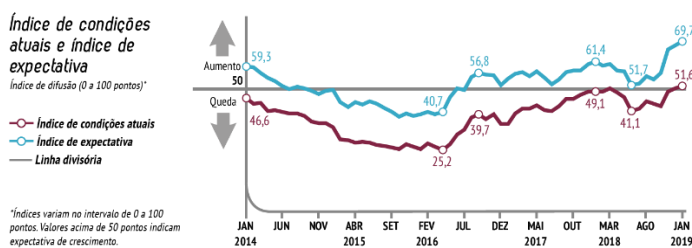
Sondagem Indústria da Construção

29/01/2019 – Fonte: CNI (publicado em 28-01-2019)

Indústria da Construção apresenta resultados mais promissores no último trimestre do ano

O setor da indústria da construção trouxe resultados positivos, em dezembro, além do aumento de confiança e expectativas que estava presente entre os empresários. Os índices de condições atuais e condições financeiras também apresentaram melhora.

Dezembro/2018



CNI: Indústria da construção civil apresenta maior otimismo neste início de ano

29/01/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 28-01-2019)

Apesar dos indicadores de atividade e emprego terem encerrado 2018 ainda em queda, a indústria da construção civil apresenta maior otimismo no começo deste ano, de acordo com sondagem divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Em uma escala na qual valores abaixo dos 50 pontos representam retração, o índice de condições atuais chegou a 51,6 pontos em janeiro, ultrapassando a linha divisória dos 50 pontos pela primeira vez desde 2014. De acordo com a CNI, o resultado acompanhou o movimento mais promissor dos indicadores de confiança e expectativas.

O índice de expectativas do setor de construção alcançou 69,7 pontos neste mês, sendo que todas as variáveis do indicador ficaram acima dos 50 pontos, mostrando o otimismo dos empresários para este ano. A expectativa com a atividade chegou a 58,4 pontos, sobre novos empreendimentos foi a 58,1 pontos, para a compra de insumos subiu para 56,4 pontos, e sobre a contratação de empregados chegou a 56,1 pontos.

Com isso, a intenção de investimentos pela indústria da construção chegou a 38 pontos, o melhor resultado desde janeiro de 2014. “É preciso aproveitar esse momento de otimismo com a economia e facilitar o acesso ao crédito e reduzir os custos dos financiamentos de longo prazo”, afirmou a economista da CNI, Dea Fioravante. “O setor precisa de condições melhores de crédito de longo prazo”, concluiu.

2018

A atividade no setor fechou dezembro em 44,4 pontos, o pior desempenho no ano passado. Já o índice de número e empregados ficou em 42,8 pontos no último mês de 2018.

“O enfraquecimento da atividade neste período do ano é esperado devido ao recesso das festas de fim de ano, que diminui a assiduidade dos empregados e o desempenho das obras do setor”, explicou a CNI. “A queda da atividade gera um impacto mais

intenso no emprego, que apresenta o pior resultado desde junho de 2017”, completou o documento.

Pequenos negócios foram responsáveis pela geração de mais de 580 mil vagas em 2018

29/01/2019 – Fonte: CIMM

Os pequenos negócios registraram, no ano passado, o maior volume de postos de trabalho dos últimos quatro anos, segundo dados do Caged

As micro e pequenas empresas (MPE) geraram em 2018 o maior saldo de empregos formais dos últimos quatro anos. Foram mais de 580 mil novas vagas, um aumento de 67% em relação a 2017. Como as médias e grandes empresas fecharam o ano com um volume negativo de vagas, por terem tido mais demissões do que contratações, coube aos pequenos negócios sustentar a criação de empregos.

Em dezembro, como já era esperado, em função da sazonalidade, houve o fechamento de 334,5 mil postos de trabalho, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia. “Os empreendimentos de pequeno porte são fundamentais para o crescimento econômico do país, mesmo sendo um ano difícil, em 2018, a geração de empregos foi sustentada por elas”, destaca o presidente do Sebrae, João Henrique Sousa.

A participação dos pequenos negócios no volume de demissões (líquidas) registradas em dezembro de 2018, foi de 46,1% do total (-154,2 mil empregos). Já as médias e grandes corporações fecharam um número maior de vagas no mesmo mês (163,3 mil) e as estatais extinguíram cerca de 17 mil postos de trabalho. À exceção do Comércio, todos os demais setores registraram saldos negativos de empregos gerados em dezembro de 2018.

Entretanto, no acumulado de todo o ano passado, as micro e pequenas empresa (MPE) tiveram um crescimento no número de vagas em todas as áreas, com destaque para o setor de Serviços, onde foram responsáveis pela criação de 350,2 mil novos postos de trabalho, 60% do total de empregos gerados em 2018 no país. Em segundo lugar, sobressaíram-se os pequenos negócios que atuam no Comércio, com a geração de 108,8 mil empregos.

Em dezembro de 2018, em função da sazonalidade, todas as unidades da Federação registraram saldos negativos de empregos gerados. Mas a região Sudeste, por reunir a maior quantidade de empresas, foi a que se destacou, com 73,5 mil vagas a menos, seguida pela região Sul, com 33,7 mil demissões (líquidas).

Os setores mais atingidos no mês passado, entre as micro e pequenas empresas, foi o de Serviços, com o corte de 59,2 mil vagas, seguido pela Indústria da Transformação, com 49,1 mil postos a menos e a Construção Civil, com 31,1 mil. Mesmo assim, o saldo acumulado de 2007 a 2018 é de 11.604 mil contratações com carteira assinada entre os pequenos negócios, enquanto as médias e grandes empresas possuem, no mesmo período, um saldo negativo de 1.389 mil empregos.

Estrangeiro faz maior retirada de ações do país em uma década

29/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Foi a primeira vez que o dado ficou no vermelho desde 2008, ano da crise financeira global

Os investidores estrangeiros retiraram US\$ 4,265 bilhões em ações do Brasil em 2018, pior dado em uma década, mostraram dados divulgados pelo BC, que também apontaram saída recorde em fundos de investimento. No acumulado em 12 meses, o

movimento negativo acentuou-se nos últimos meses do ano, apesar de localmente a definição do cenário eleitoral ter injetado otimismo nos mercados com a vitória de Jair Bolsonaro, identificado como o candidato comprometido com as reformas e com a abertura da economia.

Olhando só para os papéis negociados em Bolsa, foi a primeira vez que o dado ficou no vermelho desde 2008, ano da crise financeira global, com saída de US\$ 10,850 bilhões. Em 2017, houve ingresso de US\$ 2,582 bilhões.

Em relação aos fundos de investimento, os estrangeiros retiraram US\$ 3,417 bilhões, performance mais fraca da série, iniciada em 2010.

Especialistas recomendam calma a investidores

29/01/2019 – Fonte: Tribuna PR

O tombo das ações da Vale, que recuaram 24,5% no pregão desta segunda-feira, 28, como reflexo da tragédia em Brumadinho (MG), estremeceu o mercado ainda mais do que o esperado.

Nos últimos meses, a empresa, que juntamente com a Bradespar (sócia da Vale) representa 11,39% do Ibovespa, era carta marcada nas listas de recomendações de compras de gestoras e corretoras. Mas a perda do valor de mercado de R\$ 71 bilhões e a suspensão de pagamento de dividendos aos acionistas acendeu um sinal amarelo para investidores, novatos e experientes.

As recomendações de especialistas variam de acordo com o perfil e os objetivos de cada investidor; mas, de maneira geral, o conselho para os que já detêm ações da mineradora é “esperar a poeira baixar”.

“Nossa equipe acredita que quem já tem ações da companhia deve manter a posição, ou seja, não vender”, afirma a sócia da Ativa Investimentos, Rebeca Nevares. “Isso porque o que está em jogo agora é muito mais um risco de imagem do que de alavancagem, por exemplo. A empresa ainda é muito competitiva internacionalmente pela qualidade do seu minério”, observa.

FGTS. O mesmo raciocínio, de aguardar cenas dos próximos capítulos, vale para quem investiu na mineradora com recursos do FGTS, por meio dos Fundos Mútuo de Participação (FMP). De sua criação, em 2002, até a última quinta-feira, esse investimento acumulava, em média, valorização de 1.606%. Descontada a inflação do período, a alta foi de 511%.

“Quem é cotista de um fundo assim pode assustar, pois não pode retirar o dinheiro num momento como esse. Mas não há motivo para pânico”, explica Michael Viriato, coordenador do laboratório de finanças do Insper. “Ao se olhar o histórico, o ganho foi muito alto – principalmente se comparado ao FGTS, que rende abaixo da inflação”, diz. O FGTS rende 3% ao ano mais a Taxa Referencial (TR).

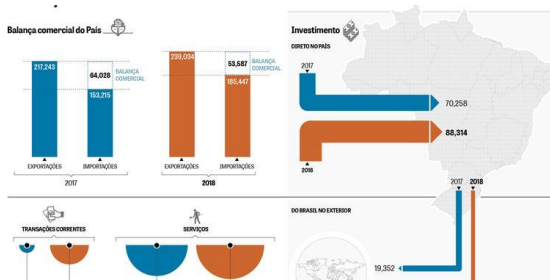
Segundo dados da Anbima, o patrimônio atual desse tipo de fundo é de R\$ 2,744 bilhões, com 123,6 mil cotistas. O investimento só pode ser retirado em situações como demissão sem justa causa, doenças graves ou compra de um imóvel.

Guilherme Macêdo, sócio da Vokin Investimentos alerta para o fato de que, independentemente dos desdobramentos do ocorrido em Brumadinho, o papel da mineradora ficará muito mais volátil, o que exige mais cuidado.

Cenário externo é confortável, apesar de recuo da balança e investimentos

29/01/2019 – Fonte: DCI

Segundo projeções do mercado, ingresso de recursos estrangeiros e superávit comercial serão menores até 2022; para especialistas, destravar agenda de infraestrutura pode elevar entradas



O déficit nas contas externas do Brasil dobrou entre os anos de 2017 e 2018, de US\$ 7,3 bilhões para US\$ 14,5 bilhões, por causa, principalmente, da redução do superávit da balança comercial (exportação menos importação) de US\$ 64 bilhões, para US\$ 53 bilhões.

Por outro lado, o ingresso de investimento no País (IDP), vindo do exterior, no valor de US\$ 88,3 bilhões (e 25,7% maior que em 2017) foi mais do que suficiente para cobrir o rombo externo.

Apesar das perspectivas de redução do superávit comercial e do ingresso de investimento direto até 2022, a avaliação de especialistas é de que o setor externo deve continuar em uma situação confortável no médio prazo.

De acordo com o Boletim Focus do Banco Central (BC), a mediana das previsões dos analistas indica que o superávit comercial deve ser menor nos anos de 2019 (US\$ 52 bilhões), 2020 (US\$ 49 bilhões), 2021 (US\$ 45 bilhões) e 2022 (US\$ 40 bilhões).

Já a expectativa para o IDP é de retração este ano (para US\$ 80 bilhões), mas de algum avanço até 2022, rodando entre US\$ 82 bilhões e US\$ 84 bilhões. Na avaliação do coordenador do curso de administração do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), Ricardo Balistiero, o recuo do IDP esperado pelo mercado para os próximos anos tem ainda um componente político de incerteza.

“O diagnóstico da equipe econômica do atual governo é bom. Porém o andamento das medidas dependerá das negociações políticas. Sabemos mais como essas ocorrerão quando os novos deputados tomarem posse”, diz Balistiero.

O Congresso Nacional retorna às suas atividades na próxima segunda-feira, dia 4. “Se nós conseguirmos destravar os programas de infraestrutura, podemos, tranquilamente, ultrapassar os US\$ 100 bilhões de IDP no ano”, destaca o especialista do IMT.

O professor de economia internacional da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Francisco Cassano, tem uma avaliação semelhante. Segundo ele, os investidores estão aguardando o encaminhamento de medidas como a reforma da Previdência Social para direcionarem recursos para o Brasil, em programas de concessões e privatizações.

Ontem, inclusive, o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, afirmou que o menor número de privatizações em 2018 em relação a 2017 reduziu o fluxo de entrada do IDP em participação no capital, de US\$ 19,2 bilhões para US\$ 9,7 bilhões.

Trocas comerciais

O professor de economia internacional do Ibmec-SP, Roberto Dumas comenta, por sua vez, que a diminuição do superávit comercial nos próximos anos está muito relacionada com um aumento das importações, puxadas por um crescimento maior do Produto Interno Bruto (PIB) esperado para o período, em cerca de 2,5% ao ano. Além disso, ele ressalta que qualquer choque político pode provocar uma fuga de estrangeiros que aplicam em ações e em renda fixa.

Sobre isso, Balistiero ressalta que o Brasil se encontra em uma posição confortável. "Se até 2002, nós dependíamos muito de capital de curto prazo para cobrirmos nosso déficit em conta corrente, nos últimos anos conquistamos uma posição confortável, onde o IDP cobre mais que o suficiente nosso rombo. Eu creio que essa tendência veio para ficar".

Déficit em transações correntes do Brasil dobra em 2018, a US\$14,511 bi, aponta BC

29/01/2019 – Fonte: DCI (publicado em 29-01-2019)

País fechou os 12 meses do ano com um déficit equivalente a 0,77% do PIB, ante percentual de 0,35% do PIB em 2017



O déficit em transações correntes do Brasil dobrou em 2018, a 14,511 bilhões de dólares, principalmente pelo resultado mais fraco da balança comercial, mas num patamar ainda confortável para o país, informou o Banco Central nesta segunda-feira.

Após um rombo em transações correntes de 815 milhões de dólares em dezembro, o país fechou os 12 meses do ano com um déficit equivalente a 0,77 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), ante percentual de 0,35 por cento do PIB em 2017.

"Não obstante tenha havido um aumento em relação ao ano anterior, este déficit em transações correntes ainda é um déficit baixo para os padrões da economia brasileira. Então (é) um déficit baixo que não apresenta riscos do lado externo da economia brasileira e (que é) mais do que inteiramente financiado pelos fluxos de investimento direto no país", afirmou o chefe do Departamento Estatísticas do BC, Fernando Rocha.

Em 2018, o saldo da balança comercial ficou positivo em 53,587 bilhões de dólares, uma queda de 16,3 por cento em relação ao ano anterior. O movimento teve como pano de fundo um aumento mais acelerado das importações no ano (+21 por cento) que das exportações (+10 por cento), em meio à melhoria da atividade econômica.

Já antevendo essa dinâmica, o BC estimou em dezembro que o déficit em transações correntes ficaria um pouco pior em 2018, em 17,6 bilhões de dólares. Para 2019, a estimativa é de um rombo de 35,6 bilhões de dólares.

Isso porque a expectativa é que o saldo positivo da balança comercial caia mais uma vez, diante de maior fôlego esperado para a atividade. Na mais recente pesquisa Focus, feita pelo BC junto a uma centena de economistas, a expectativa é que o PIB tenha crescido 1,27 por cento no ano passado. Para este ano, a perspectiva é de uma alta de 2,50 por cento.

Em relação os investimentos diretos no país (IDP), o ingresso foi de 8,950 bilhões de dólares em dezembro, encerrando 2018 em 88,314 bilhões de dólares. No ano, o

patamar chegou a 4,70 por cento do PIB, nível mais elevado para o acumulado do IDP desde junho de 2001, quando foi de 4,79 por cento, destacou o BC.

Para o IDP, o BC havia estimado um patamar menor, de 83 bilhões de dólares em 2018, subindo a 90 bilhões de dólares este ano.

Como o fluxo de investimentos estrangeiros segue superando com folga o déficit em transações correntes, a avaliação do mercado é que o país segue com uma situação confortável em seu balanço de pagamentos, algo que pode ajudá-lo a atravessar momentos de turbulência nos mercados.

Em 2018, os gastos líquidos de brasileiros no exterior ficaram em 12,346 bilhões de dólares, queda de 6,4 por cento sobre o ano anterior.

Por outro lado, as remessas de lucro e dividendos de multinacionais instaladas no Brasil cresceram 7,1 por cento na mesma base de comparação, a 16,946 bilhões de dólares.

Simepar vai avaliar a situação de 461 barragens existentes no Paraná

29/01/2019 – Fonte: Agência de Notícias – Governo do Paraná (publicado em 28-01-2019)

O Simepar foi escolhido para auxiliar no processo porque o órgão, sediado no Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, desenvolve atividades de serviços nas áreas de meteorologia, hidrologia e meio ambiente.

O Governo do Estado fará um contrato de gestão com o Sistema Meteorológico do Paraná (Simepar) para avaliar a situação das 461 barragens existentes no território paranaense.

Em paralelo, duas unidades que abrigam resíduos minerais, em Cerro Azul e Campo Largo, serão vistoriadas nessa semana. Os trabalhos serão monitorados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental e Turismo (SEDAT).

O Simepar foi escolhido para auxiliar no processo porque o órgão, sediado no Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, desenvolve atividades de serviços nas áreas de meteorologia, hidrologia e meio ambiente.

A maioria das barragens localizadas no Paraná são para uso de irrigação, abastecimento de água, geração de energia, proteção de meio ambiente e recreação.

Furnas e Cemig preveem paralisar hidrelétrica após rompimento de barragem da Vale

29/01/2019 – Fonte: Reuters (publicado em 28-01-2019)

A hidrelétrica de Retiro Baixo, no rio Paraopeba, informou que deve paralisar as operações na terça-feira, após o rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração da Vale em Brumadinho (MG) na semana passada ter gerado um turbilhão de lama que poluiu o manancial e deixou mortos e desaparecidos.

Uma onda de água turva com sedimentos gerada após o incidente tem avançado pelo rio e poderá alcançar a usina na próxima semana, entre 5 e 10 de fevereiro, de acordo com um boletim do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) nesta segunda-feira.

A Retiro Baixo Energética, que tem como principais sócios Furnas, da Eletrobras, e a mineira Cemig, disse que a parada da usina tem como objetivo “proteger seus

equipamentos” e que na ocasião também realizará manobras para fechar suas tomadas d’água.

A usina chegou a ser desligada logo após o incidente, mas retornou à operação no sábado, devido a um deslocamento mais lento que o previsto da lama pelo rio, afirmou a empresa.

A água com rejeitos de minério de ferro pode causar graves danos às turbinas, o que justifica a parada em Retiro Baixo.

A operação é importante também para reduzir riscos de danos à hidrelétrica Três Marias, da Cemig, no rio São Francisco, do qual o Paraopeba é afluente, disse à Reuters o engenheiro civil Carlos Goyano, especialista em projetos hidrelétricos.

“A usina (Retiro Baixo) vai ter que ficar inoperante. Vai inutilizar a usina. Também não pode abrir o vertedouro (para a passagem da água) porque vai contaminar a jusante (no sentido da correnteza). Vai fechar tudo e virar só uma barragem, um prejuízo enorme”, afirmou ele, que já trabalhou em empresas de projetos como Engevix e Enge-Rio.

Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), a usina de Retiro Baixo deve usar seu reservatório para “amortecimento da onda de rejeitos... a depender da operação da usina”. Em nota, a agência acrescentou que “está se avaliando, ainda, se a onda de rejeitos alcançará o reservatório da usina hidrelétrica de Três Marias”, que fica a 30 quilômetros de distância.

Procurada para comentar a situação de Três Marias, a Cemig disse que “está acompanhando o fluxo da pluma de segmentos”.

Em entrevista nesta segunda-feira, diretor-executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale, Luciano Siani, disse que a companhia está tomando medidas para bloquear o fluxo de lama, como a instalação de uma membrana na altura do município de Pará de Minas (MG), para evitar que haja interrupção da captação de água nas cidades a jusante do rio Paraopeba. Ele não comentou sobre a situação das hidrelétricas.

SITUAÇÃO SE REPETE

As consequências do desastre para o setor de energia lembram, em menores proporções, o caso da hidrelétrica de Candonga, no rio Doce, que foi invadida em 2015 por rejeitos de mineração após um rompimento de barragem da Samarco, mineradora da qual a Vale é sócia junto à anglo-australiana BHP.

A usina de Candonga, que está parada até hoje, tem como sócios a própria Vale e a Cemig, por meio da Aliança Geração.

Se a capacidade do reservatório de Retiro Baixo para segurar o fluxo for esgotada, a água poderia ser liberada posteriormente para seguir a caminho de Três Marias, mas com potencial de danos já menor, segundo Goyano.

“Acho que em Três Marias, mesmo que chegue, o reservatório lá é muito grande, aí não teria tanto impacto. Aí talvez já tenha (a água) absorvido bastante o ferro e aí o prejuízo é menor”, acrescentou ele, ressaltando que ainda assim poderia haver danos às máquinas.

“Trabalhei mais de 40 anos nessa área e nunca tinha visto essas situações (como em Candonga e agora em Retiro Baixo)”, destacou o engenheiro. Procurada, a Aliança não respondeu pedidos de comentário sobre a situação da usina de Candonga.

De acordo com o boletim da CPRM, o fluxo de água turva chegaria à usina de Três Marias entre 15 e 20 de fevereiro se mantida a atual velocidade de deslocamento.

Vale enfrentará ações trabalhistas, cíveis, penais e ambientais

29/01/2019 – Fonte: R7



A dimensão da tragédia em Brumadinho (MG) está longe de ser estabelecida, mas a Vale — quarta maior mineradora do mundo — terá pela frente processos nas mais diversas esferas.

Bloqueios judiciais e multas contra a Vale somaram R\$ 12,1 bilhões nos dias que se seguiram após o rompimento da barragem de rejeitos da companhia, conforme levantamento da agência Reuters. A empresa tenta reverter essas decisões.

O professor de direito trabalhista da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Elton Duarte Batalha, explica que famílias de funcionários da Vale e terceirizados mortos na tragédia vão buscar na Justiça do Trabalho reparações pela perda dos parentes.

Ele acrescenta que outras ações poderão ser movidas por moradores de comunidades próximas, na área cível, e pelo Ministério Público, nas esferas cível, criminal, ambiental e administrativa.

"A princípio me parece que [os processos] vão partir para a ideia de responsabilidade objetiva. Ou seja, a Vale é responsável pela barragem, houve um dano, portanto ela responde. Mas tudo pode mudar caso seja constatada alguma negligência muito pronunciada por parte da empresa. Isso poderia alterar os valores das eventuais indenizações."

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, defendeu nesta segunda-feira (28), uma "resposta eficiente" da Justiça para o caso.

"É também preciso responsabilizar severamente do ponto de vista indenizatório a empresa que deu causa a este desastre, e também promover a persecução penal. [...] Executivos podem ser penalizados também."

Punição no mercado

O mercado reagiu imediatamente após a catástrofe em Brumadinho. As ações da Vale caíram nas bolsas de São Paulo e em Nova York nesta segunda-feira.

"Quando você olha principalmente para investidores estrangeiros como fundos de pensão, fundos de investimento, eles têm regras rígidas de quais papéis não investir, principalmente em questões socioambientais. Muitos deles já começaram a se desfazer dessas ações", diz Luiz Marcatti, presidente da Mesa Corporate Governance.

Com as baixas nas bolsas, a mineradora perdeu cerca de R\$ 50 bilhões em valor de mercado. A companhia anunciou nesta segunda-feira a suspensão do pagamento de dividendos aos acionistas e de bônus para os executivos, o que contribuiu para acentuar as perdas.

Marcatti observa ainda que que "o prejuízo econômico-financeiro da companhia carrega também o prejuízo à imagem dela".

Para ele, "se comprovada negligência dos administradores da Vale, nada impede que investidores estrangeiros entrem com ações contra a empresa nos Estados Unidos", devido ao fato de negociar ações na Bolsa de Nova York.

Mariana

O episódio em Brumadinho ocorreu antes mesmo de haver desfechos de outras ações contra a Vale pelo caso de Mariana (MG), em 2015. A empresa é dona de 50% da mineradora Samarco, juntamente com a anglo-australiana BHP Billiton.

O rompimento da barragem do Fundão, de propriedade da Samarco, no fim daquele ano deixou 19 pessoas mortas, além de danos sociais e ambientais que permanecem até hoje.

O Ministério Público Federal ingressou com ações cíveis e penais contra as empresas envolvidas. Em uma delas, que está parada, pede reparações no valor de R\$ 155 bilhões.

Uma ação penal denunciou por homicídio qualificado com dolo eventual (quando se assume o risco) 21 pessoas, entre elas o ex-presidente da Samarco Ricardo Vescovi e outros executivos.

Para o professor Elton Batalha, os processos de Mariana não influenciam juridicamente nos que vão decorrer da nova tragédia.

No entanto, ele avalia que o fato de a Vale mais uma vez estar envolvida em um rompimento de barragem tende a fazer com que juízes tenham "uma mão mais pesada". "Até para que haja uma finalidade pedagógica [na sentença]", diz.

Ações de menor indenização superam pedidos mais caros após nova CLT

29/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Enquanto processos de até 40 salários mínimos crescem 23%, casos acima desse valor despencam 63%

As alterações da lei trabalhista aprovadas na gestão Michel Temer (MDB) mudaram o foco dos processos na Justiça e levaram as ações de valores menores a superar os pedidos mais caros. Com o risco de arcarem com custos em caso de derrota, os trabalhadores têm reduzido o número de reclamações em busca de assertividade.

Um ano após a reforma, em vigor desde novembro de 2017, o número de ações no chamado rito sumaríssimo —para pedidos entre 2 e 40 salários mínimos (R\$ 39.920)— chegou a 800 mil.

O volume representa uma alta de 23% em relação às 652 mil ações dos 12 meses anterior à nova CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Os dados são do TST (Tribunal Superior do Trabalho).

Enquanto isso, as ações no rito ordinário (acima de 40 mínimos) despencaram 63%, de 1,9 milhão para 721 mil. Na avaliação de especialistas, agora recorrem à Justiça trabalhadores que têm certeza de suas reivindicações.



Manifestantes protestam contra a reforma trabalhista e da Previdência na avenida Paulista, em 2017 - Eduardo Knapp/Folhapress

A nova lei determinou que, em caso de derrota, o trabalhador deve arcar com os honorários de sucumbência do advogado da outra parte (5% a 15% do valor pedido pelo empregado), bem como com as custas processuais (2%).

“Os pedidos estão muito mais comedidos. As pessoas estão tomando cuidado com relação ao que vão pedir e buscam ter mais certeza”, diz Henrique Melo, sócio do Nogueira Haret e Melo Advogados.

Melo observa que o rito sumaríssimo existe há muitos anos no processo do trabalho, mas não era comum. Apesar de oferecer vantagens —tramitação mais acelerada, por exemplo—, o modelo tem limitações, como um máximo de duas testemunhas. No processo ordinário, são permitidas até três.

“No rito sumaríssimo, também é mais difícil que recursos cheguem ao TST. Muitos advogados optavam, assim, pelo rito ordinário em busca de maior garantia do contraditório”, diz Luiz Marcelo Góis, do BMA Advogados.

O modelo sumaríssimo exigia ainda que os pedidos fossem, no jargão jurídico, líquidos, ou seja, que já apresentem de início os cálculos certos de cada valor pedido, explica Melo.

“Os reclamantes não faziam a liquidação dos pedidos. Era mais fácil colocar apenas para fins de alçada que a ação estava acima de 40 salários mínimos e cair no rito ordinário”, afirma.

O novo texto da lei, no entanto, passou a exigir que todas as petições iniciais já sejam líquidas, diz Góis.

“O valor estimado no final do pedido tem que corresponder ao conteúdo da ação e, na maior parte das vezes, as ações acabam tendo valor inferior a 40 salários mínimos”, afirma.

A queda geral de novos processos é significativa também. Nos 12 meses anteriores à reforma, chegaram à Justiça do Trabalho 2,7 milhões de ações.

O número caiu para 1,7 milhão de reclamações no primeiro ano da reforma —uma redução de 36,9% em relação ao período anterior.

Para Ricardo Pereira de Freitas Guimarães, professor da PUC-SP, no entanto, obrigações como as de honorários de sucumbência dificultam o acesso à Justiça do Trabalho.

“Acho que é possível pagar honorários, mas tenho o entendimento de que eles devem ser fixados com certa proporcionalidade para que o reclamante não perca seu crédito, respeitando que a relação entre empregado e empregador é assimétrica”, diz.

Produção antecipada de provas dispara mais de 1.000%

A preferência por ações mais assertivas no âmbito trabalhista gerou outro reflexo no processo jurídico: a disparada da produção antecipada de provas.

A ação, prevista no CPC (Código de Processo Civil), tem sido usada para definir a liquidação dos pedidos e evitar o pagamento de honorários e custas em caso de derrota.

Nos 12 meses anteriores à reforma trabalhista, foram ajuizadas nas varas de todo o país 338 produções antecipadas de provas, de acordo com os dados do TST.

Até novembro de 2018, esse número era de 5.752 novos processos, o que representa um salto de 1.600%.

Advogados recorreram ao instrumento do processo civil para produzir a prova de existência do direito e, assim, fazer com que os clientes ajuízem ações já com maior chance de vitória.

“Um prestador de serviços pode entrar com um pedido de produção antecipada de provas alegando que havia vínculo empregatício. Se o juiz reconhecer o vínculo, aí sim o trabalhador entra com ação cobrando todos os direitos. A dúvida sobre o vínculo nem volta a ser discutida”, explica Henrique Melo, do Nogueira Haret e Melo Advogados.

Ele acrescenta que, no rito de produção antecipada de provas, o valor da causa é menor e, como não há condenação, não existem vencedores e perdedores e, portanto, não há obrigação de pagamento de honorários de sucumbência em caso de derrota.

Críticos desse recurso dizem que a produção antecipada de provas, na verdade, acaba levando ao aumento no número de ações no Judiciário —um processo viraria dois.

Para Melo, no entanto, trata-se de um mesmo rito que foi apenas dividido em duas fases. “Em alguns casos, pode até aliviar a Judiciário. Se o trabalhador pede antecipação de provas para comprovar insalubridade, por exemplo, e obtém um resultado desfavorável, ele pode acabar nem entrando com ação”, diz.

Tributação de dividendos pode acabar com pejetização, diz Sindifisco

29/01/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 28-01-2019)

Os auditores-fiscais da Receita Federal viram com bons olhos a ideia divulgada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em Davos, de voltar a tributar os dividendos das empresas.

Nota do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) a que o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) teve acesso aponta que a tributação dos dividendos pode ser útil ao induzir as empresas a reinvestir o próprio lucro e, ainda acabar com o fenômeno da pejetização. O Sindifisco pondera, no entanto, que a tributação dos dividendos deveria ser utilizada para compensar um alívio na carga para pessoas físicas e não para empresas, como pretende Guedes.

Em Davos, durante o Fórum Econômico Mundial, o ministro da Economia sinalizou que a tributação de dividendos compensaria uma diminuição da alíquota de Imposto de Renda que incide sobre o lucro das empresas. Segundo ele, a taxa média, de 34% (incluindo CSLL), cairia para algo em torno de 15%.

“A justificativa dos que defendem a isenção, vigente no Brasil desde 1996, é que os lucros já teriam sido tributados na pessoa jurídica (PJ), e que uma nova tributação no momento da distribuição configuraria bitributação econômica. Na prática, com a hipertrofia do Simples e do Lucro Presumido, e das inúmeras deduções permitidas na apuração do Lucro Real, é perfeitamente possível a distribuição de lucro (contábil) aos sócios (PF) muito acima do lucro tributável (PJ). Essa isenção tem servido, em muitos

casos, para que segmentos do empresariado não paguem imposto nem na PJ, nem na PF”, aponta a nota do Sindifisco.

Em relação ao encerramento do tratamento tributário diferenciado aos chamados juros sobre capital próprio, os auditores apontam que a diferenciação entre as empresas de capital próprio e as que se financiam por endividamento só faz sentido se houver efetiva distribuição aos sócios dos valores relativos aos juros sobre capital próprio.

Caso contrário, “somado à isenção na distribuição dos dividendos, (a dedução dos juros sobre o capital próprio) não apenas estabelece tributação vantajosa às rendas do capital sobre os rendimentos do trabalho, mas acaba induzindo o desinvestimento e a descapitalização das empresas”.

GM propõe corte de 10% no piso salarial de São Caetano do Sul; sindicato recusa

29/01/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 28-01-2019)

A direção da GM no Brasil propôs um corte de 10% no piso salarial dos trabalhadores da fábrica de São Caetano do Sul, informou nesta segunda-feira, 28, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, Aparecido Inácio da Silva, conhecido como “Cidão”. A redução seria de R\$ 1.780 para R\$ 1.600 e valeria apenas para os novos contratados.

A proposta foi feita na quinta-feira, 24, ao sindicato, que, por sua vez, a apresentou na manhã desta segunda-feira aos funcionários da fábrica. Cidão afirma que a redução do piso é “inegociável”, porque esta questão já foi discutida no ano passado com os executivos da empresa.

O valor que a GM pede em São Caetano é o mesmo proposto para os trabalhadores da fábrica de São José dos Campos. Lá, no entanto, o corte seria de 30%, pois o piso atual é de R\$ 2.300.

A proposta de redução do piso está entre os 22 pedidos feitos pela GM à fábrica de São Caetano do Sul, seis a menos que para São José.

Entre os principais pedidos feitos a São Caetano estão o fim da estabilidade para trabalhadores que ficarem doentes em razão do trabalho, fim do transporte fretado e congelamento do PLR (participação em lucros e resultados).

Segundo Cidão, há itens que podem ser negociados para alterar algumas cláusulas do atual acordo coletivo, que vai até 2020. Ele, no entanto, não quis adiantar caminhos possíveis, pois antes precisa analisar com cuidado todos os pedidos com os trabalhadores e as demais lideranças do sindicato. Por enquanto não há nenhuma reunião marcada com a GM.

Nesta manhã de segunda, executivos da GM se reúnem com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, para negociar a proposta que foi apresentada na semana passada.

As negociações ocorrem uma semana depois de a empresa distribuir um comunicado aos funcionários das duas fábricas ameaçando deixar o Brasil caso não voltassem a dar lucro em 2019, após três anos seguidos de prejuízo. O atual plano de investimento da empresa no Brasil, de R\$ 13,5 bilhões, acaba em 2020.

Para iniciar um novo ciclo, a montadora pede sacrifícios dos trabalhadores, dos fornecedores e das concessionárias, e busca socorro com o governo estadual. Nesta segunda-feira há também uma reunião da empresa com o secretário da Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles.

29/01/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 28-01-2019)



GM em Gravataí passa por paradoxo: planta mais produtiva da América do Sul sofre ameaça de cortes

Assim como em São José e São Caetano, empresa propõe reduções de piso e reajustes

As **propostas de cortes de custos trabalhistas da GM Brasil chegaram também a Gravataí (RS)**, onde a empresa mantém sua mais produtiva fábrica da América do Sul para produzir o hatch Onix – carro mais vendido do mercado brasileiro nos últimos três anos – e o sedã compacto Prisma, dois modelos que juntos atualmente respondem por cerca de 65% das vendas da montadora no País.

Foi apresentada ao sindicato local dos metalúrgicos no sábado passado, 26, uma lista de 21 cláusulas para reduções de piso e reajustes salariais, suspensão da participação em lucros e resultados (PLR) e eliminação de alguns benefícios, o que na prática anula o acordo atual firmado com os funcionários da planta gaúcha para o período 2017-2020.

As propostas apresentadas pela GM a representantes dos 2,6 mil empregados da planta de Gravataí – onde também trabalham cerca de 4 mil funcionários de fornecedores que integram o condomínio industrial da empresa na cidade – seguem as mesmas linhas gerais dos cortes de custos trabalhistas já introduzidos em reuniões anteriores com os sindicatos das duas fábricas paulistas da empresa, em São José dos Campos e São Caetano do Sul.

Assim como essas duas representações sindicais, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí (Sinmgra) considera as exigências “inaceitáveis”. Segundo Edson Dorneles, diretor de assuntos jurídicos da entidade, as propostas serão apresentadas em assembleias com os trabalhadores da unidade na terça-feira, 29, com a sugestão de “completa rejeição”. Também foi convocado um protesto na gente da fábrica gaúcha.

“Somos contra essa reestruturação da GM nos moldes propostos, porque é prejudicial aos trabalhadores. A fábrica de Gravataí é uma das mais produtivas do mundo, produz os carros mais vendidos da GM aqui e já está preparada para fazer novos produtos a partir de julho. Foi para isso que fizemos um acordo em 2017, válido até 2020. Essas propostas de cortes anulam tudo que conseguimos e que iríamos só agora começar a usufruir. Não aceitamos e se insistirem vamos à Justiça fazer valer o acordo em andamento”, afirmou Edson Dorneles, do Sinmgra.

REVOGAÇÃO DE ACORDOS

Incluídos no atual programa de investimentos da GM no Brasil de R\$ 13 bilhões para o período 2015-2019, anunciado em 2015 e várias vezes requeitado, há dois anos a GM fechou acordos parecidos com os trabalhadores de Gravataí e São Caetano. Em troca, prometeu aporte de R\$ 1,4 bilhão na fábrica gaúcha, que desde o fim de 2017 opera em três turnos e em julho começa a produzir a nova geração de Onix e Prisma.

No ABC paulista, investe R\$ 1,2 bilhão em sua mais antiga unidade fabril em operação no País para ampliar a capacidade de 250 mil para 330 mil veículos/ano, com produção da nova geração do SUV Tracker a partir de dezembro. A companhia também confirmou R\$ 1,9 bilhão para quadruplicar a capacidade da planta de motores e transmissões de Joinville (SC). Sem entendimento com o sindicato local desde 2013, quando prometeu investimentos que não foram adiante, a fábrica de São José dos Campos ficou de fora dos planos.

Justamente no momento em que os investimentos estão tomando forma e os trabalhadores de Gravataí e São Caetano esperavam usufruir seus maiores ganhos, a GM propõe cortar quase tudo que foi combinado. Dorneles afirma que a fábrica gaúcha conseguiu no acordo celebrado em 2017 "chegar mais perto" da remuneração paga nas fábricas paulistas da companhia.

"O piso aqui deve passar dos R\$ 1,6 mil", informa o diretor, ao destacar que a empresa quer reduzir este valor a R\$ 1,3 mil para novas contratações, "o que pode incentivar demissões para contratações mais baratas". Em São José a proposta de redução do piso é de R\$ 2,3 mil para R\$ 1,6 mil e em São Caetano de R\$ 1,78 mil para R\$ 1,6 mil.

Outro ponto sensível das propostas da GM é reduzir os reajustes salariais para um valor fixo e zerar o pagamento de participação de lucros e resultados este ano, pagar 50% em 2020 e voltar a 100% em 2021. "A PLR deste ano em Gravataí tem potencial de chegar a R\$ 16 mil (por trabalhador), mas a GM quer simplesmente não pagar o que combinou no acordo de 2017, quando estávamos em um cenário de crise muito pior que o atual", informa Dorneles. "Não podemos aceitar isso", ressalta.

Também estão sob a mesa outros pontos considerados "inaceitáveis" por todos os sindicatos, como terceirização de funções em todos os níveis, adoção de jornada de trabalho intermitente, fim de estabilidade para afastados por doença laboral ou acidente e interrupção de promoções por tempo de trabalho ou mérito.

NEGOCIAÇÕES TENSAS

As negociações com os trabalhadores têm sido diárias dentro da estratégia da GM de cortar custos rapidamente em todas as frentes, incluindo concessionários e fornecedores, além de tentar obter mais benefícios de governos municipais, estaduais e federal.

O estopim da atual crise começou com um e-mail enviado aos funcionários no dia 18 (calculadamente vazado à imprensa) pelo presidente da GM Mercosul, Carlos Zarlenga, em que o executivo destaca que a empresa acumula prejuízos substanciais na região nos últimos três anos que precisam, necessariamente, ser estancados já a partir deste ano para garantir a sobrevivência das operações no País, o que exigiria "sacrifícios de todos", sob risco de fechar fábricas e até mesmo deixar a América do Sul.

Segundo Dorneles, nas reuniões os representantes da GM destacaram esse risco para forçar a aceitação da reestruturação do acordo coletivo. "Não disseram diretamente que devemos aceitar o novo acordo ou vão fechar a fábrica (de Gravataí), mas citaram o tempo todo a necessidade de sacrifícios para evitar que isso possa acontecer no futuro", conta.

"A verdade é que esses cortes podem ser feitos e a GM pode continuar no prejuízo, porque escolheu estratégias erradas e os trabalhadores não têm nada a ver com isso. Também é possível não fazer nada e a empresa voltar a dar lucro", avalia Dorneles.

Ainda de acordo com o diretor do Sinmgra, a GM não apresentou nenhum plano de novo investimento em troca da aceitação dos cortes de custos trabalhistas, como sugeriu Zarlenga em encontro na semana passada em São José dos Campos com sindicalistas e prefeitos.

Representantes do Sinmgra devem se encontrar com a direção da GM em São Caetano nesta terça-feira, 29. Segundo a imprensa gaúcha, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), também pediu o agendamento de reunião com representantes da montadora para explicação da atual situação.

GM pressiona fornecedores por redução de preços

29/01/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 28-01-2019)



Linha de montagem da GM em São Caetano: montadora quer peças mais baratas

No plano de cortes de custos, montadora exige descontos extras dos fabricantes de autopeças

Desde a semana passada e no decorrer desta **fornecedores da GM Brasil** estão sendo **pressionados a reduzir preços** dos componentes, dentro do pesado plano de cortes de custos da montadora no País, que também envolve a **renegociação de acordos trabalhistas**, redução de comissões a concessionários e tentativa de obter benefícios de governos municipais, estaduais e federal.

Segundo fontes envolvidas nas negociações ouvidas por **Automotive Business**, a General Motors quer a aplicação de descontos adicionais aos já negociados nos contratos de fornecimento, que usualmente preveem “ganhos de produtividade anuais” (eufemismo para reajustes negativos obrigatórios), com aplicação de percentuais que variam de acordo com a empresa e o produto fornecido. Alguns fornecedores que já participaram dessas reuniões citam pedidos de reduções de preços de 3% a 5% para já, que seriam aplicados em cima das diminuições contratuais.

O problema é que boa parte dos descontos extras pedidos agora seria aplicada nos contratos antigos, de componentes para os produtos da linha atual de carros e motores da GM, que em alguns casos são frutos de projetos com 20 a 30 anos de idade, o que torna muito difícil reduzir ainda mais preços que já foram significativamente reduzidos ao longo de tanto tempo. “É impossível manter qualquer margem em cima de contratos assim”, destaca uma fonte.

“Posso negar o desconto agora e me apegar ao contrato, mas sei que nas próximas negociações de fornecimento posso ser excluído de novos fornecimentos”, explica outro fornecedor.

ANTECIPAÇÃO DE NACIONALIZAÇÃO

Outra pressão exercida pela GM sobre os fornecedores é pela antecipação de nacionalização de autopeças e sistemas. A partir de julho a montadora vai começar a produzir novas gerações de veículos e motores no Brasil, incluindo propulsores tricilíndricos 1.0 e 1.2 aspirados e turboalimentados que serão feitos em Joinville (SC), além dos novos Onix e Prisma em Gravataí (RS) e Tracker em São Caetano (SP). Muitos componentes desses produtos serão inicialmente importados e seriam

nacionalizados gradualmente, com o aumento da produção local, no espaço em torno de um ano.

Contudo, compras em dólares e real desvalorizado afetam negativamente os resultados na região, o que fez a GM pedir o adiantamento do fornecimento local de algumas peças, em alguns casos reduzindo pela metade o prazo para o início das entregas de peças.

Bolsonaro dificulta acesso a auxílios do INSS para quem volta à Previdência

29/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 28-01-2019)

Medida, que será avaliada pelo Congresso, exige que trabalhador cumpra todo o período de carência para ter benefício

O presidente Jair Bolsonaro dificultou o acesso a vários benefícios previdenciários (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, salário-maternidade e auxílio-reclusão) para quem, após um período de informalidade, voltar a contribuir ao [INSS](#) (Instituto Nacional do Seguro Social).

Uma batalha semelhante foi travada pelo ex-presidente Michel Temer com o Congresso, que, em 2017, suavizou a proposta.

Com a crise econômica, a parcela de trabalhadores informais no país bateu recorde e chegou a aproximadamente 43%, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Artigo incluído pela equipe econômica de Bolsonaro na medida provisória (MP) do [pente-fino](#) do INSS endureceu regras para quem, depois de uma pausa de até 36 meses, voltar a contribuir para a Previdência Social.

Desde a publicação da MP, na sexta (18), esses trabalhadores precisam cumprir novamente toda a carência (exigência mínima de contribuições) para que possam receber o benefício pago a quem está temporariamente incapaz de trabalhar, quem se afasta por causa do nascimento de um filho ou quem está preso e tem valor destinado à família.

A carência desses benefícios varia de 10 a 24 meses. Com a medida de Bolsonaro, que passará pelo crivo do Congresso, esse período tem que ser atingido mesmo que o segurado já tenha cumprido o requisito há alguns anos.

Antigamente, era necessário apenas um terço do período exigido para quem voltasse ao INSS.

Temer tentou aprovar uma medida provisória prevendo a obrigação de cumprir mais uma vez a integralidade da carência, mas o Congresso aprovou apenas a exigência de 50%.

Trabalhadores que ficam até 36 meses sem realizar pagamentos à Previdência perdem a proteção do INSS, a chamada qualidade de segurado. Durante o recebimento de auxílio-doença ou auxílio-acidente, por exemplo, esse prazo não é contado.

No caso de perda de cobertura do INSS, o trabalhador que voltar à Previdência terá que atingir novamente os requisitos integrais para ter direito aos quatro benefícios, alvo da medida da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Se não cumprir conseguir a carência integral na volta à atividade, o trabalhador ficará sem auxílios no caso de doença (12 meses), invalidez (12 meses), maternidade (10 meses) e prisão (24 meses, prazo estabelecido pela mesma MP).

A Secretaria de Previdência diz que, com a medida, quer combater fraudes. O objetivo não seria reduzir gastos com benefícios legais.

Por isso, o governo não tem previsão de quantos auxílios deixarão de ser concedidos. "Essa é uma das medidas que a gente fez com intuito de fechar porta; muito mais do que ter uma redução de despesas. Eles [os órgãos de controle] identificaram que muitas das fraudes aconteciam em função dessa fragilidade da legislação em relação à carência", disse o secretário-adjunto da Previdência, Leonardo Rolim.

Segundo ele, quadrilhas procuram quem esteve muito tempo fora da Previdência para oferecer formas de receber um benefício fraudulento.

O secretário-adjunto acredita que o governo Temer tenha sofrido uma derrota na votação de 2017 no Congresso por falta de explicações claras sobre o objetivo de combater fraudes.

O Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) criticou a decisão do governo Bolsonaro.

"Antes de perder o emprego, o trabalhador já tinha cumprido a carência. A lei, aprovada pelo Congresso, já era suficiente para combater fraudes", opinou a presidente do IBDP, Adriane Bramante.

Especialista na área, Bramante explicou que a perda da cobertura do INSS é muito comum, principalmente diante da crescente informalidade e redução nas vagas formais de emprego nos últimos anos.

Rolim afirmou que, mesmo durante um longo período de desemprego, basta a pessoa fazer uma contribuição ao INSS por ano para manter a proteção.

A presidente do IBDP, porém, alerta para o desconhecimento da população sobre essa possibilidade. Além disso, quem está sem a carteira assinada não tende a fazer esse tipo de contribuição, declarou Bramante.

O Congresso retoma as atividades em 1º de fevereiro. Os parlamentares terão até 120 dias para analisarem a medida provisória do pente-fino no INSS.

Deputados e senadores poderão, portanto, alterar as regras impostas por Bolsonaro.

Percepção da corrupção aumenta, e Brasil tem pior nota em ranking desde 2012

29/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

'Isolamento' da Lava Jato e falta de reformas estruturais explicam nova queda no índice

A sensação de corrupção no Brasil continuou a crescer em 2018, de acordo com a mais recente edição do IPC (Índice de Percepção da Corrupção), elaborado pela Transparência Internacional. O país caiu nove posições e agora ocupa a 105ª posição em um conjunto de 180 países analisados.



O IPC faz essa classificação com base em quão corrupto o setor público é percebido por especialistas e executivos de empresas, de acordo com 13 pesquisas e relatórios independentes. Quanto menor a nota (de 0 a 100), maior é a percepção da corrupção. A média do Brasil caiu novamente e chegou a 35 pontos em 2018, a mais baixa nos últimos sete anos. Ele empata na lista com Argélia, Armênia, Costa do Marfim, Egito, El Salvador, Peru, Timor Leste e Zâmbia.

A nota mais alta entre os países analisados coube à Dinamarca (88 pontos), que é seguida por Nova Zelândia (87), Finlândia, Singapura, Suécia, Suíça (todos com 85) e Noruega (84). As últimas posições da lista são ocupadas por Coreia do Norte, Iêmen (ambos com 14), Sudão do Sul, Síria (ambos com 13) e Somália (10).

A piora brasileira no índice coincide com a Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014 —naquele ano, o Brasil era o 69º, e desde então só perdeu posições na tabela global.

Para Bruno Brandão, diretor-executivo da Transparência Internacional no Brasil, é comum que ações de enfrentamento como a Lava Jato aumentem a percepção de corrupção em um primeiro momento —mas que a tendência se inverta, caso seja bem-sucedida. É a ausência dessa inflexão que preocupa.

"Isso aponta para o risco de a Lava Jato ter ficado um ato isolado no país. O que nós vimos como principal causa dessa sequência de pioras é a falta de reformas estruturais, legais e institucionais que ataquem de fato a raiz do problema."

Brandão ressalta que a Lava Jato foi fundamental para o Brasil e rompeu com o histórico de impunidade em relação à corrupção, mas que o país não pode depender somente dessas operações.

"Ainda temos um problema estrutural. A Lava Jato de fato é um ponto fora da curva. A realidade do país ainda é um problema grave, de dificuldades para o enfrentamento e a prevenção da corrupção. Temos de avançar numa agenda ambiciosa de reformas para darmos um salto real de patamar, que não dependa de condições isoladas", afirma.

A nota média global é 43,1, o que também é visto com preocupação pela Transparência Internacional. Índices abaixo de 50 —que contemplam dois terços dos países analisados— apontam que o combate à corrupção está falhando nos países.

Em sua análise global, o IPC aponta que países bem-sucedidos no combate à corrupção têm elementos fundamentais em comum, como sistemas democráticos estáveis, liberdade de imprensa, atuação da sociedade civil e instituições de supervisão e controle independentes que ajudam a fiscalizar a integridade no governo e nos negócios.

Novas medidas contra a corrupção

Como proposta, a Transparência Internacional defende um pacote de 70 medidas contra a corrupção, que foi lançado em agosto do ano passado.

A entidade aproveitou a campanha eleitoral para buscar adesões de candidatos. A ação foi coordenada pela própria Transparência Internacional e pela Escola de Direito da FGV (Fundação Getúlio Vargas), e envolveu ainda diversas instituições e pessoas de diferentes tendências ideológicas, que redigiram e revisaram as propostas.

"Temos 50 parlamentares comprometidos [com a pauta] e esperamos obter adesões para criar uma frente parlamentar contra a corrupção", afirma Brandão. Um trabalho junto aos governos estaduais para fomento da agenda anticorrupção nessa esfera também deve ter início neste ano.

O diretor da Transparência vê com bons olhos a presença de expoentes da Lava Jato no Ministério da Justiça —a começar pelo próprio ministro, o ex-juiz Sergio Moro. "É uma equipe que tem um conhecimento muito próximo das dificuldades do país de se confrontar de maneira sistêmica a corrupção. Ali se tem plena consciência da necessidade dessas reformas."

No entanto, o decreto publicado no último dia 24 pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL), que amplia o grupo de autoridades com poder para decretar sigilo de informações, é visto com preocupação.

"Sem dúvida, o decreto vai na contramão do anseio da sociedade e das necessidades que temos de ampliar a transparência. E é uma ironia um decreto sobre transparência ter sido feito sem discussão, a portas fechadas", afirma Brandão.

PAF 2019 tem meta para papéis de Selic entre 38% e 42% do estoque da DPF

29/01/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 28-01-2019)

Os cenários traçados pelo Tesouro Nacional para a participação de títulos atrelados à taxa Selic neste ano representam o dobro da fatia desses papéis em 2014, quando atingiram o menor patamar da história. Se naquele ano o percentual de títulos remunerados pela taxa flutuantes chegou a 18,7%, para 2019 o Plano Anual de Financiamento (PAF) prevê um piso de 38%, e um teto de 42% para esses papéis.

Pelos cenários traçados pelo Tesouro para os próximos anos, a participação dos títulos flutuantes pode chegar a 50% em 2022. De acordo com o subsecretário da Dívida Pública, José Franco, os cenários mais pessimistas consideram a aprovação de uma reforma da Previdência menos forte do que a esperada, enquanto, nos mais otimistas, seria nos termos da reforma que está no Congresso.

"Um cenário sem Previdência não existe", completou o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

Apesar de os títulos atrelados à Selic serem mais voláteis e darem menos previsibilidade para a atuação do governo, Almeida, destacou que a taxa básica está no menor patamar histórico e a inflação está "comportada". "Começamos o ano em situação melhor do que se esperava. Isso nos dá um certo conforto em relação ao custo médio da dívida pública, que está no mínimo histórico", afirmou.

O secretário ressaltou que os juros nos leilões de títulos públicos estão caindo. "As taxas estão vindo razoavelmente boas frente à conjuntura de um ajuste fiscal em curso", completou.

Almeida lembrou que 70% dos vencimentos deste ano estão concentrados no primeiro semestre, grande parte de prefixados, o que, como parte da estratégia de financiamento do Tesouro de buscar taxas mais baixas, deve abrir espaço para maior emissão de Selic. Com isso, a composição desses títulos na dívida aumentará. "A Selic nos mínimos históricos facilita a queda no custo do Tesouro", completou.

Emissão de LFT

O Tesouro Nacional espera uma emissão líquida de LFTs, papéis atrelados à Selic, ao longo deste ano. O subsecretário da Dívida Pública, José Franco Moraes, observou que há pouca perspectiva de vencimentos, por isso o resgate deve ficar menor do que as emissões.

Para este ano, são esperados resgates de R\$ 67,4 bilhões em LFTs. Com a emissão líquida dos papéis atrelados à Selic, esses títulos devem ganhar participação no estoque da dívida pública. As metas do Plano Anual de Financiamento (PAF) projetam participação entre 38% e 42% do estoque.

Mansueto Almeida ponderou que a taxa básica de juros tem se mostrado estável e, por isso, não há risco de um aumento repentino da dívida porque boa parte dela ficará atrelada à Selic. "Se tivéssemos em condição de taxa de juros aumentando, seria preocupante. Mas cenário é de juro estável", afirmou.

A Selic hoje está em 6,5% ao ano, e mesmo com projeções de aumento nos próximos meses, a expectativa é que encerre 2019 em 7% ao ano, e 2020, em 8% ao ano. "Realmente é cenário que pode mudar radicalmente em três ou quatro meses, mas o cenário de inflação é extremamente favorável", observou o secretário.

Mansueto lembrou ainda que o custo da dívida tem caído bastante. "O cenário de curto prazo é bastante confortável. Se não fizer reforma, é muito claro que cenário vai piorar. Mas o contrário, se fizer reforma, vai melhorar e poderemos alongar dívida", afirmou.

No ano passado, a dívida pública registrou resgate líquido de R\$ 23 bilhões. O subsecretário da Dívida disse que essa variação afeta o colchão da dívida, mas ressaltou que esse colchão ainda está níveis confortáveis. "Podemos ficar mais de seis meses sem fazer colocações, seja no mercado internacional ou no doméstico", afirmou.

Franco lembrou ainda que não são só as emissões ou resgates da dívida que impactam o colchão de liquidez. "O Tesouro recebeu R\$ 130 bilhões do BNDES e teve o lucro do Banco Central", mencionou.

Com surpresa em Alimentação, Fipe volta a elevar projeção do IPC de janeiro

29/01/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 28-01-2019)

Pela quinta semana consecutiva, o grupo Alimentação acelerou o ritmo de alta, impulsionando a taxa de inflação na capital paulista. De acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), o conjunto de preços de alimentos teve variação de 1,35% na terceira leitura do mês, após 1,16% na segunda medição. O IPC-Fipe, por sua vez, ficou em 0,43%, depois de 0,24% na segunda quadrissemana de janeiro.

"A alta em Alimentação superou a nossa estimativa de 1,10%, refletindo problemas climáticos que têm afetado os preços de frutas e verduras. Além disso, produtos como feijão, batata e cenoura também pressionaram", explica o coordenador do IPC-Fipe, Guilherme Moreira.

Em razão do aumento acima do esperado na classe de despesa de alimentos, o economista elevou a expectativa para o grupo, de alta de 0,84% para 1,10%. Consequentemente, aumentou a projeção para o IPC-Fipe, de 0,46% para 0,53%.

Em dezembro, o indicador que apura a taxa de inflação na cidade de São Paulo foi de 0,09%. Se projeção de 0,53% for confirmada, ficará acima da alta de 0,46% vista em janeiro de 2018.

Na terceira quadrissemana deste mês, os preços do feijão tiveram aumento expressivo, de 15,51%, na comparação com 14,24%, ficando na segunda posição do item que mais ajudou a impulsionar o IPC (com 0,07 ponto), seguido por "ônibus".

O item teve variação positiva de 3,67% (de 1,91%), impactando o índice com 0,11 ponto porcentual. "Mas isso já era esperado por cauda do reajuste das tarifas de transporte público no início do ano 7,5%, assim como a pressão do grupo Educação 2,10% ante 1,35%, devido ao aumento de material e mensalidades escolares típico do período", explica.

Em virtude dos reajustes, cita, a tarifa do transporte integração mostrou alta de 3,22%, ante 1,38% na segunda quadrissemana do mês. Já os gastos com ensino superior atingiram 2,37%, depois de 1,56%.

Já a batata ficou 12,53% mais cara (de 12,27%), enquanto a laranja encareceu 6,76% (de 3,66%). Ainda na lista das maiores influências de elevação do IPC relacionadas ao grupo Alimentação aparecem abacaxi (27,32% ante 28,88%), cebola (10,23% ante 12,57%) e maçã (7,13% ante 4,13%).

Em contrapartida, no ranking das principais contribuições de baixa, o item viagem/excursão ficou na primeira colocação, ao registrar queda de 7,96% (de -3,95%), dando alívio de 0,09 ponto percentual no IPC da terceira quadrissemana do mês.

Em segundo, ficou energia elétrica, com recuo de 2,09% (de -2,89%), com contribuição negativa de 0,07 ponto. Conhecido por fortes oscilações, o tomate apresentou queda de 13,22%, dando influência de baixa de 0,05 ponto. Em seguida, ficaram gasolina (-1,64% ante -2,00%) e automóvel usado (-1,39% ante -1,04%), acém (-2,83% ante -2,96%), ovos (-4,89% ante -1,86%) e limão (-12,05% ante -19,71%).

Petrobras pode retomar venda de Braskem e avalia futuro da BR, diz presidente

29/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 28-01-2019)

Roberto Castello Branco sinaliza possibilidade, suspensa para estudos na gestão anterior

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, sinalizou a analistas que a empresa retomará a proposta de vender sua fatia na Braskem, que havia sido suspensa para estudos pela gestão anterior. Em encontro na sexta (25), o presidente da estatal disse ainda que a companhia "não é a melhor" em distribuição e analisa a possibilidade de venda da BR Distribuidora.

As afirmações foram feitas em reunião com analistas do mercado financeiro. Em relatórios, dois dos bancos que enviaram representantes dizem que Castello Branco se comprometeu a acelerar o processo de venda de ativos para focar na exploração do pré-sal, que considera a principal atividade da companhia.



Roberto Castello Branco, novo presidente da Petrobras - Sergio Moraes/Reuters

A negociação da fatia da estatal na Braskem foi anunciada ainda em 2017, na gestão de Pedro Parente.

Em julho de 2018, porém, o então presidente da companhia Ivan Monteiro disse à **Folha** que a proposta seria reavaliada, diante da possibilidade de parceria com a gigante global LyondellBasell, que negocia a fatia da Odebrecht na companhia.

Na avaliação da gestão atual, a Braskem não é estratégica para a companhia. A decisão pela venda, no entanto, dependerá da proposta da LyondellBasell pela fatia.

A Petrobras tem 36,1% das ações da empresa, na qual divide o controle com a Odebrecht.

"Pré-sal, sim, petroquímica, não", disse o presidente da Petrobras, segundo os analistas do UBS Luiz Carvalho e Gabriel Barra. A companhia já se desfez de outros ativos no segmento, como a Petroquímica Suape, como parte de seu plano de desinvestimentos.

Para o analista do Banco do Brasil Investimentos, Daniel Cobucci, não é o melhor momento para a venda das ações na Braskem.

"Em nossa opinião, a Braskem está sendo negociada com grande desconto em comparação a seus pares e a Petrobras pode deixar dinheiro na mesa se vender o ativo neste momento", escreveu.

Com relação à BR, Castello Branco disse que a atividade de distribuição de combustíveis não é foco da companhia. Segundo os analistas do UBS, ele comentou que a BR tem rentabilidade menor do que os seus concorrentes, o que indica que a Petrobras não é o melhor agente no setor.

No fim de 2017, a estatal vendeu 18,75% do capital da distribuidora por R\$ 5 bilhões. De acordo com os analistas, Castello Branco disse que, com relação ao futuro da subsidiária, "todas as opções estão na mesa".

A possibilidade de venda da BR foi levantada pela primeira vez pelo vice-presidente [Hamilton Mourão](#). Em suas primeiras entrevistas após a nomeação, Castello Branco disse que o tema seria estudado e reforçou que o foco será a exploração e produção do pré-sal.

Desde que iniciou o programa de venda de ativos, em 2015, a Petrobras já se desfez de campos de petróleo, gasodutos, petroquímicas e ativos em outros países, levantando um total de US\$ 19,8 bilhões (cerca de R\$ 75 bilhões, na cotação atual).

No momento, negocia gasodutos, refinarias e campos de petróleo. Mais adiantada, a venda da malha de gasodutos do Norte e Nordeste à francesa Engie pode render outros US\$ 7 bilhões (R\$ 26 bilhões), segundo estimativa do UBS.

Em seu plano de negócios para o período entre 2019 e 2021, a companhia estima arrecadar US\$ 26,9 bilhões (R\$ 101 bilhões) com venda de ativos.

[Chevron fecha acordo para comprar refinaria de Pasadena, da Petrobras, diz agência](#)

29/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 28-01-2019)

Companhia pode divulgar acordo para adquirir a refinaria, com capacidade para 112 mil barris por dia, neste trimestre

A Chevron aceitou comprar a refinaria de petróleo da Petrobras no Texas, unidade com espaço para lidar com o fluxo de "shale oil" de suas operações em West Texas, disseram duas fontes familiarizadas com as negociações nesta segunda-feira (28).

A companhia norte-americana deve divulgar o acordo para adquirir a refinaria, com capacidade para 112 mil barris por dia (bpd), em Pasadena, neste trimestre, disseram as fontes. A Reuters antecipou as informações sobre as negociações em outubro passado.

O processo de venda da refinaria de Pasadena —cuja compra pela Petrobras teria causado prejuízo para a estatal de mais de meio bilhão de dólares, segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU)— foi iniciado em fevereiro do ano passado.

O porta-voz da Chevron, Braden Reddall, não quis comentar o assunto. A Petrobras afirmou que qualquer informação sobre um acordo será divulgada ao mercado.

Fitch rebaixa nota da Vale e coloca companhia em perspectiva negativa

29/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 28-01-2019)

S&P também ameaçou cortar nota de crédito da mineradora

A agência de classificação de risco Fitch rebaixou a nota da mineradora Vale para BBB- em consequência do rompimento da barragem da companhia em Brumadinho (MG).

O rebaixamento, segundo a Fitch, reflete a expectativa de que a companhia terá que arcar com pesados custos de reparação da tragédia, que matou 60 pessoas e deixou, até o momento, outros 292 desaparecidos, além do impacto ambiental.

A agência disse ainda que o rebaixamento é causado pela expectativa de que as multas contra a companhia serão elevadas, dado que a Vale esteve envolvida em um acidente com barragem de rejeitos há três anos, no caso da Samarco.

No sábado, a S&P, que já concede nota BBB- à Vale, afirmou que poderia rebaixá-la no curto prazo, em consequência do acidente.

Apenas nesta segunda, a Vale perdeu R\$ 71 bilhões em valor de mercado, reflexo da tragédia.

Alertas de Caterpillar e da Nvidia assustam e derrubam índices de bolsas dos EUA

29/01/2019 – Fonte: Reuters

Os principais índices das bolsas norte-americanas fecharam em baixa nesta segunda-feira, depois que alertas da Caterpillar e da Nvidia aumentaram a preocupação com a desaceleração da economia chinesa e com as tarifas eliminando os lucros das empresas norte-americanas.

Segundo dados preliminares, o Dow Jones caiu 0,85 por cento, para 24.527 pontos; o S&P 500 perdeu 0,79 por cento, para 2.643 pontos; e o Nasdaq caiu 1,11 por cento, para 7.085 pontos.

Previsão do aumento de carga em fevereiro se deve à base de comparação, diz ONS

29/01/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 28-01-2019)

O diretor geral do Operador Nacional do Sistema (ONS), Luiz Barata, explicou que a elevada projeção para o nível de carga de energia elétrica em fevereiro – aumento de 7% no Sistema Interligado Nacional (SIN) e de 9% no subsistema Sudeste/Centro-Oeste – se deve à base deprimida de comparação, já que o Carnaval em 2018 caiu em fevereiro, enquanto neste ano será em março.

“O País reduz muita a carga de energia durante o Carnaval. Já em março, quando comparar com março do ano passado, vai ter estabilidade ou queda”, disse ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) nesta segunda-feira, 28.

Apesar do aumento da temperatura e o maior uso do ar condicionado ter provocado quatro recordes consecutivos de carga de energia pelo ONS, Barata afasta qualquer risco de abastecimento no País, mesmo que haja crescimento econômico. “A surpresa foi o aumento da demanda que não acontece desde 2014, e isso se deveu ao aumento de temperatura no País inteiro.

O recorde de energia sempre tem acontecido, porque tem aumento progressivo do consumo”, explicou. O ONS utiliza o sistema Cemeaden (Centro Nacional de Monitoramento de Alertas para Desastres Naturais) para acompanhar o clima.

Barata ressaltou que o aumento da demanda ocorreu em um momento em que o SIN passava por uma série de adversidades, “e mesmo assim não tivemos falta de energia elétrica”.

“No dia 12 de janeiro, devido a atos terroristas foi derrubada uma linha de (de transmissão) de 500 Kv no Ceará (Fortaleza-Pecém), depois nós tivemos a saída do elo contínuo de Belo Monte (Xingu-Estreito), provocada por vento em Goiás; a saída de uma linha de 500 Kv na Bahia, por roubo de material; e nós estávamos com o Pólo 1 do Madeira fora por um problema que ainda está em avaliação do fabricante, isso só na primeira semana, quando tivemos dois recordes batidos”, informou Barata.

Ele informou que na segunda semana a usina nuclear Angra 2 foi desconectada do SIN, um segundo Pólo das usinas hidrelétricas do rio Madeira (Jirau e Santo Antonio), por problemas no transformador. “E foi nessas condições, num sistema muito prejudicado que nós tivemos os recordes da semana passada, aí nós usamos o acordo de emergência que temos com Argentina e Uruguai e exclusivamente na hora da ponta nós puxamos”, disse o executivo.

Barata explicou que apesar de importar regularmente energia do Uruguai, naquela semana o preço estava alto e o ONS utilizou o Acordo de Reciprocidade entre os dois países, que não envolve recursos, “é um sistema de débito e crédito de energia, pagamos em energia e recebemos em energia”, explicou.

Para esta semana, Barata diz que as condições melhoraram um pouco, porque Angra 2 e o bipolo Xingu-Estreito voltaram ao sistema, as linhas d 500 Kv tinham voltado há mais tempo e a previsão é de temperaturas menores. “Não vislumbramos problemas esta semana”, afirmou.

Ele lembrou que o Brasil teve em 2018 um ambiente muito adverso do ponto de vista de chuvas, mas em outubro houve melhora considerável percebida pelos institutos de clima. “As chuvas vieram mais cedo em outubro e se confirmou em novembro. Em dezembro o quadro alterou-se, janeiro muito seco e começo de fevereiro também seco. O início vai ser seco, mas não sabemos o que virá depois”, concluiu.

Carro autônomo da Volvo recebe aval para testes mais avançados na Suécia

29/01/2019 – Fonte: G1 (publicado em 28-01-2019)

Agora a velocidade será de até 80 km/h e o motorista não tem a obrigação de manter uma das mãos no volante.



A **Volvo** conseguiu aval para começar a testar um programa de computação para carros autônomos na Suécia nesta segunda-feira (28) sem interferência do motorista. Segundo a empresa Veoneer, parceira da montadora sueca, a autorização foi para condução autônoma de nível 4 - o segundo maior nível.

Ele permitirá que o carro da Volvo ande sozinho a uma velocidade máxima de 80 km/h. Por precaução, o veículo terá um motorista treinado a bordo, mas ele não colocará as mãos no volante.

Em testes anteriores, a velocidade máxima era de 60 km/h e o motorista era obrigado a manter ao menos uma mão no volante.

A parceria entre Volvo e Veoneer foi batizada de Zenuity e foi formada em 2017. Os primeiros produtos de assistência ao motorista devem equipar carros à venda ainda neste ano.

A montadora, controlada pela chinesa Geely, tem a meta de entregar carros autônomos depois de 2021 e obter um terço das suas vendas a partir desses veículos até 2025.

No ano passado, a Volvo formou uma parceria com a chinesa Baidu para usar um software de condução autônoma da também chinesa Apollo, em um carro de nível 4.

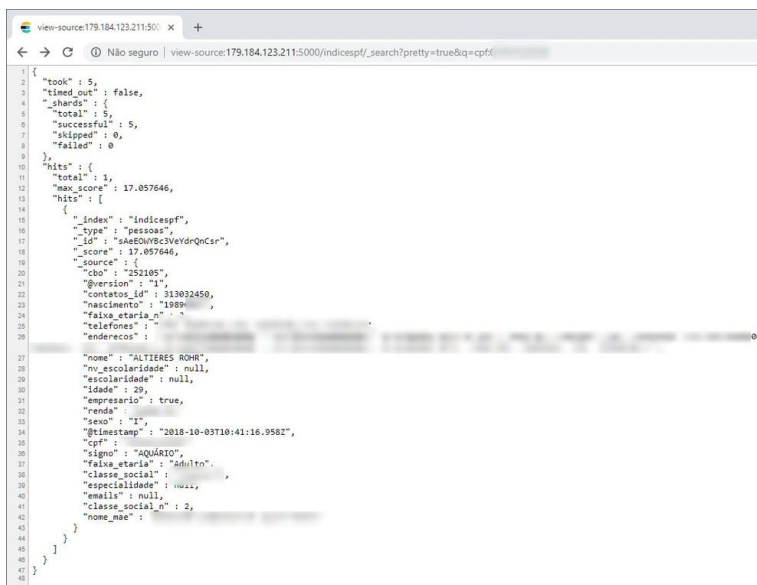
[Empresa expõe dados atribuídos a 190 milhões de brasileiros e 35 milhões de empresas na web](#)

29/01/2019 – Fonte: G1

Responsáveis afirmam que dados que estavam na internet têm origem pública. Segundo pesquisador, regras básicas de segurança não foram seguidas.

A CheckMeuCarro, uma empresa que vende relatórios sobre a situação de veículos emplacados no Brasil, deixou aberto um banco de dados com aproximadamente 191 milhões de registros de CPF (Cadastro de Pessoa Física) e outros 35 milhões de registros de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

As informações de pessoas físicas incluíam nomes, endereços, telefones, renda, classe social, datas de nascimento, escolaridade e nome da mãe, porém nem todos os cadastros estavam completos.



```
1 {
2   "took": 5,
3   "timed_out": false,
4   "_shards": {
5     "total": 5,
6     "successful": 5,
7     "skipped": 0,
8     "failed": 0
9   },
10  "hits": {
11    "total": 1,
12    "max_score": 17.057646,
13    "hits": [
14      {
15        "_index": "indicespf",
16        "_type": "pessoas",
17        "_id": "sAeE0VBC3vEydrQnCsrl",
18        "_score": 17.057646,
19        "_source": {
20          "cbo": "252105",
21          "@version": "1",
22          "contatos_id": 313032450,
23          "nascimento": "1989",
24          "faixa_etaria_m": "A",
25          "telefones": "11 3333-3333",
26          "enderecos": "RUA ALTA, 1111, 1111-1111, SÃO PAULO, SP"
27        },
28        "nome": "ALTIERES ROHR",
29        "mv_escolaridade": null,
30        "escolaridade": null,
31        "idade": 29,
32        "empresario": true,
33        "renda": "11",
34        "sexo": "M",
35        "@timestamp": "2018-10-03T10:41:16.958Z",
36        "cpf": "11111111111",
37        "signo": "AQUARI0",
38        "faixa_etaria": "Adulto",
39        "classe_social": "A",
40        "especialidade": null,
41        "email": null,
42        "classe_social_m": 2,
43        "nome_mae": "MÃE"
44      }
45    ]
46  }
47 }
```

Consulta em banco de dados exposto na web retorna nome, endereço e telefones — Foto: Reprodução

O **blog** foi informado do vazamento por um especialista que pediu para não ser identificado. O número total de registros foi obtido em consulta específica ao próprio servidor - nem o blog nem o pesquisador tentaram baixar o banco de dados completo.

Não é possível saber desde quando as informações estavam disponíveis na web. Até o dia 17 de dezembro, tudo podia ser consultado sem senha, bastando acessar um determinado endereço.

Depois de ser procurada pelo blog, a empresa deixou o servidor inacessível, fechando acesso aos dados.



count:	191942954	count:	35348695
shards:		shards:	
total:	5	total:	5
successful:	5	successful:	5
skipped:	0	skipped:	0
failed:	0	failed:	0

'Count' representa o total de registros disponíveis no banco de dados. No índice de pessoa jurídica (dir.), são 35.348.695 registros. No índice de pessoas físicas, 191.942.954. — Foto: Reprodução

Proteção de dados no Brasil

No Brasil, ainda não existe uma lei em vigor que determine regras e punições específicas para armazenamento e tratamento de dados pessoais. A Lei de Proteção de Dados (LGPD), aprovada no ano passado, só vai entrar em vigor em 2020.

Advogados ouvidos pelo blog explicaram que, atualmente, vazamentos em si não presumem a existência de algum dano a ser ressarcido.

Marcelo Crespo, que trabalha com casos de proteção de dados, afirma que as pessoas podem procurar as empresas envolvidas em vazamentos e questionar se suas informações estavam entre os dados vazados.

Quem foi prejudicado pode pedir indenização. "Porém, é preciso comprovar esse dano", adverte Alexandre Atheniense, também especializado em direito digital.

Segundo ele, consumidores terão à disposição mecanismos melhores para compreender o impacto de vazamentos e serem compensados por esses danos quando a LGPD entrar em vigor.

A Agência Nacional de Proteção de Dados ficará encarregada de investigar esses casos e garantir que todos que mantenham bancos de dados – sejam empresas ou pessoas físicas – estejam cumprindo a lei.

Isso se aplica a escritórios de advocacia ou clínicas médicas, por exemplo. "É bom destacar: muitas pessoas ainda não sabem que a lei vai valer pra eles", diz o advogado.

O blog também procurou o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MP-DFT), que abriga a Comissão de Proteção dos Dados Pessoais. O órgão afirmou que não pode se manifestar porque não há procedimento aberto sobre o caso.

O que diz a empresa

A CheckMeuCarro afirma em seu site que é gestora da maior base de veículos sinistrados do Brasil e que esses "dados exclusivos" vêm de "diversas fontes públicas e privadas e empresas especializadas". Os relatórios são comercializados na internet.

A empresa pertence ao mesmo grupo da BankScore, especializada em consultas de dados cadastrais para "scores de crédito" (informações que determinam bons pagadores). Ambas têm sede em Curitiba e atendem no mesmo número de telefone.

A CheckMeuCarro disse que o servidor onde estavam os dados vazados era usado para testes. "E, apesar do IP ser público, ele não estava exposto em nenhuma aplicação nossa", comunicou.

Apesar de ser um ambiente de testes, a CheckMeuCarro informou que havia monitoramento em tempo real do tráfego e uma limitação dos acessos. E que não seria possível baixar todos os dados e eles também não estavam disponíveis para comercialização.

O blog, no entanto, realizou dezenas de consultas idênticas, ao longo de vários dias, antes de comunicar a empresa, mas nenhuma foi bloqueada.

A CheckMeuCarro disse ainda que, embora alguns dados fossem reais, a maioria não corresponde "a uma verdade absoluta".

A empresa informou ainda que "apenas trabalha com dados públicos e estimativas (inteligência de dados)", citando diversas fontes de dados (como listas de aprovados em concursos e ProUni, além de ocorrências policiais e processos na Justiça) como a origem das informações que relacionam nomes e números de CPF.

Uma consulta feita pelo blog retornou, em sua maioria, dados corretos, incluindo telefones, nome e endereço. Em respeito à privacidade dos demais registros contidos no banco de dados, não foram acessadas outras informações.

O que é correto

A prática correta com sistemas de testes é mantê-los fora da internet. Isso porque endereços IP - que designam sistemas conectados à web - são compostos por números consecutivos, semelhantes a números de telefone. Dessa forma, é fácil encontrar sistemas conectados, ainda que eles não sejam referenciados por nenhum site.

Um **guia** da Beanstalk, uma empresa especializada em métodos de desenvolvimento, afirma que "cada desenvolvedor deve ter seu ambiente local".

Para o pesquisador que encontrou os dados expostos da CheckMeuCarro, confiar a segurança de um sistema ao fato de sua existência não ser "divulgada" não é fator decisivo para conferir uma proteção adequada.

Segundo ele, a empresa cometeu diversos erros ao montar o servidor: além de deixá-lo acessível, não foi configurada uma extensão chamada "X-Pack" e nem configurada criptografia - medidas que deveriam estar previstas desde o início.

[Inovação em impressão 3D leva processos de engenharia a um nível mais elevado](#)

29/01/2019 – Fonte: CIMM

Inovação em impressão 3D leva processos de engenharia a um nível mais elevado

Máquinas de dois metros de altura para a impressão 3D rápida de ferramentas e gabaritos leves, muito resistentes e inovadores utilizados nos processos de revisão e manutenção de peças e motores de aeronaves. O que para muitos pode parecer enredo de filme de ficção científica é realidade no dia a dia da GE Celma, a unidade da GE Aviation no Brasil.

Embora as impressoras 3D sejam parte da rotina do local desde 2015, a grande inovação do processo brasileiro desde julho de 2018 é o material das impressões 3D: nylon reforçado com fibras de carbono. Ele substituiu o termoplástico ABS empregado anteriormente. Rodolpho Pereira, engenheiro de reparos e líder de manufatura aditiva da GE na América Latina, lembra como foi essa trajetória.

“Quando as primeiras máquinas vieram da GE EUA para Petrópolis [cidade do RJ onde fica a GE Celma], eram uma novidade no Brasil. Elas imprimiam em ABS e fomos testando como o material se comportava em altas temperaturas, como eram suas resistências mecânica e química. Percebemos que havia limitações e que, para alguns processos, ele poderia ser melhor.”

Assim nasceu a ideia de trabalhar com a junção de nylon e fibra de carbono, uma liga bem mais resistente que o ABS em todos os aspectos. E o melhor: mais leve e de impressão muito mais rápida.

Depois de passar por testes de eficácia, o material foi oficializado na prática da GE Celma. “Conseguimos ser a primeira empresa do Brasil a colocá-lo em uso graças ao alto investimento da GE”, afirma Rodolpho.

Retorno em tempo, material e custos

O retorno do investimento já é percebido de forma abrangente na rotina de trabalho. Quando o assunto é tempo, a diferença é impressionante. Um processo que antes levava seis meses entre projeto e construção de uma ferramenta ou de um gabarito hoje pode ser reduzido para 48 horas. A confecção simples de um desses itens pode ser realizada em três minutos; anteriormente, gastava até quatro horas.

Também há uma economia significativa no material utilizado para a revisão e a manutenção das peças e dos motores. O engenheiro explica: “Só é colocado material onde é preciso. Não há uma produção de excesso, ela é exata para cada necessidade.”

Tudo isso se traduz em dinheiro, naturalmente. Rodolpho conta que “gabaritos que, em outros materiais, custariam até US\$ 6 mil podem ser feitos com um custo de US\$ 400 quando se emprega o nylon com fibra de carbono”.

Ao alcance de todos

Além da inovação em si e tudo que ela significa para a engenharia, um orgulho de Rodolpho é ver as máquinas ao alcance de todos os funcionários da GE Celma. “Decidi tirá-las do piso da engenharia e as coloquei no piso do chão de fábrica, em uma sala de vidro, onde todos podem vê-las e acessá-las. As máquinas não são da engenharia, são da fábrica”, defende.

Como resultado, surgem muitas sugestões de uso e empregabilidade que são testadas e não prejudicam o tempo de trabalho geral, como garante o engenheiro: “A gente faz e, se der certo, ótimo; se não, fica o aprendizado. Tudo na engenharia depende de testes e, se for para errar, é melhor que seja rápido.”

Expansão da impressão 3D para outras áreas

Olhando adiante, Rodolpho vislumbra que a hoje inovadora impressão 3D em nylon com fibra de carbono pode se tornar um recurso interessante para outras áreas, como a de energias renováveis: “O investimento é caro, mas o retorno em termos de negócios e de desenvolvimento é infinitamente mais alto”.

[Supercaminhão: Ford inicia teste do Cargo Kolector com compactador de 24 metros cúbicos na marquise ambiental](#)

29/01/2019 – Fonte: CIMM

A Ford entregou para a Marquise Ambiental um protótipo do novo Cargo Kolector 8x2 com coletor/compactador de 24 metros cúbicos, o primeiro caminhão do segmento no Brasil com essa capacidade. O veículo começou a rodar em fase de testes no serviço de coleta urbana em Fortaleza, no Ceará, onde a empresa tem sua sede.

Já apelidado de “supercaminhão”, o maior caminhão de lixo do Brasil oferece uma capacidade 14% acima do maior disponível atualmente no mercado, com 21 m3. Ele

tem como base o Ford Cargo 1723 8x2, com segundo eixo dianteiro direcional, suspensão pneumática e transmissão automatizada Torqshift, dotada de vários recursos para o aumento da produtividade.

Como todo modelo Ford Kolector, o veículo já vem preparado de fábrica com itens que facilitam a instalação do implemento e a operação, como: escapamento vertical, chassi reforçado, suspensão recalibrada, para-choque estreito, protetor do radiador, câmeras de freio tipo pistão, tomada de força traseira e bancos de vinil.

“Caminhões com compactador de 24 m³ já são usados na Europa e outros países, mas no Brasil é o primeiro, uma quebra de paradigma”, diz Paulo Studart, diretor de Operações da Marquise Ambiental.

“É uma solução logística para o segmento de limpeza urbana que possibilita transportar a mesma carga com menos viagens ao aterro sanitário, o que significa menos custos diretos e indiretos, menor quilometragem e desgaste. E o benefício não é só para a frota, pois também reduz as emissões e o número de veículos rodando na rua.”

Experiência

Terceira maior empresa de meio ambiente e limpeza urbana do Brasil, a Marquise Ambiental está presente em cidades como Fortaleza e Caucaia (CE), Natal (RN), João Pessoa (PB), São Gonçalo (RJ), Manaus (AM), Osasco, Taubaté e São Sebastião (SP).

Além de coleta domiciliar e hospitalar, fornece serviços de varrição, coleta seletiva, ecopontos, aterros, tratamento de resíduos e possui a maior usina de biogás do Brasil. A empresa faz parte do grupo fundado há 45 anos que atua também na construção civil, construção pesada, comunicação, hotelaria e shopping centers.

A Marquise Ambiental dispõe de uma frota com cerca de 1.000 caminhões próprios e terceirizados, dos quais 60% são Ford, incluindo 300 compactadores de lixo próprios. A empresa trabalha há muitos anos com caminhões Ford, principalmente o Cargo Kolector 1723 para coleta de resíduo domiciliar e hospitalar, além de modelos com caçamba em aterros e caminhões-pipa.

“Nessa operação, os veículos trabalham numa taxa média de 16 a 20 horas por dia. É uma aplicação severa. Por isso, estamos sempre atentos às tendências de mercado para melhoria da produtividade”, diz Paulo Studart.

A Marquise Ambiental também conhece bem a transmissão automatizada Torqshift, pois participou como parceria de testes da Ford no desenvolvimento da linha.

“Ao escolher um caminhão, buscamos um produto que dê economia direta na operação, tanto em consumo quanto em performance, na dirigibilidade e custeio de manutenção, o que está ligado à robustez e durabilidade do veículo, bem como à disponibilidade do equipamento para produzir”, destaca o executivo. “Outro desafio grande do setor é o pós-venda, com uma estrutura adequada e reposição de peças para atender os veículos que estão cada vez mais tecnológicos.”

Controladora da 99 firma parceria com a Baic para carros elétricos

29/01/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 29-01-2019)

Didi Chuxing e Baic terão joint venture para desenvolver veículos com novas fontes de energia

A Didi Chuxing, plataforma chinesa de transporte que detém o controle da brasileira 99, estabeleceu parceria com a BEV (Beijing Electric Vehicle), empresa focada em carros elétricos que integra o grupo Baic, a 19ª maior montadora do mundo em volume

de vendas, com quase 1 milhão de veículos emplacados no ano passado. As duas companhias fundaram a joint venture JingJu, que nasce para desenvolver automóveis que combinem novas fontes de energia com soluções de inteligência artificial.

Desde 2016 a Didi trabalha no desenvolvimento de parcerias para criar uma rede de serviços e soluções para os clientes. Na China, em um só aplicativo, a empresa já entrega recursos como locação de carros, vendas, abastecimento e manutenção, além do serviços de transporte sob demanda.

A parceria combina os interesses das duas empresas. Enquanto a Didi garante já possuir a maior rede de carros elétricos do mundo, com 400 mil unidades, a Baic anunciou o plano de deixar de produzir veículos movidos a combustíveis fósseis a partir de 2025.